

ANA RITA ALVES DA PERIFERIA COMO SINTOMA

ANA RITA ALVES É ANTROPÓLOGA E INVESTIGA A PERIFERIA COMO SINTOMA – NÃO APENAS, MAS TAMBÉM – NA QUALIDADE DE DOUTORANDA DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. QUANDO NINGUÉM PODIA FICAR: RACISMO, HABITAÇÃO E TERRITÓRIO – O LIVRO QUE AGORA EDITA PELA TIGRE DE PAPEL – VEM ASSINALAR UM IMPORTANTE CONTRIBUTO PARA O ENTENDIMENTO DA INTERSEÇÃO ENTRE O RACISMO INSTITUCIONAL E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS EM PORTUGAL, NOMEADAMENTE A RESPEITO DAQUELE QUE TERÁ SIDO O MAIOR PROGRAMA DE HABITAÇÃO PÚBLICA ALGUMA VEZ IMPLEMENTADO EM CONTEXTO PORTUGUÊS.

Cerro do Bruxo, Faro, 2017.
Fotografia: Ana Rita Alves

Bairro 6 de Maio, Amadora, 2017.
Fotografia: Ana Rita Alves
(na página seguinte)



Henrique Machado da Silva: *Gostava de começar pelo Model of Jamaica, um projeto em que o CHÃO - Oficina de Etnografia Urbana colaborou recentemente [com o arquiteto Paulo Moreira e o fotógrafo José Sarmiento Matos, no âmbito do programa expositivo do maat - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia]. De onde surgiu a ideia de erguer as paredes de tijolo do Jamaica no seio da metrópole lisboeta? De que forma se proporcionou esta vossa participação?*

Ana Rita Alves: A iniciativa do *Model of Jamaica* partiu do Paulo Moreira, que foi ao Jamaica e entrou em contacto com a associação de moradores, então presidida pelo Salimo Mendes. Pouco antes dessa data, o José Sarmiento Matos tinha iniciado o seu projeto fotográfico no Bairro. E nós [do CHÃO - Oficina de Etnografia Urbana] também lá temos trabalhado, sempre em conjunto com a associação, desde 2015. Quando surgiu este convite do Paulo Moreira, o Salimo Mendes - uma pessoa

extremamente agregadora, uma grande perda para nós [faleceu no final de 2020] - entrou em contacto connosco e com o José Sarmiento Matos e resolveu juntar-nos a todos na mesma sala para pensarmos como é que estas quatro partes poderiam colaborar e contribuir para a instalação. O que aconteceu a partir daí foi um processo de certa maneira colaborativo e criativo, partindo dessa proposta inicial: uma grande instalação de um prédio do Bairro, que fomos discutindo e pensando como fazer. Acabou por resultar neste modelo, que é uma maquete em grande escala do lote 10. Foi o primeiro lote a ser demolido no âmbito do projeto de realojamento do Jamaica. A ideia [foi a] de representar um lugar que já não existe fisicamente, mas que era icónico - sendo o prédio mais alto - e encerrava - encerra! - muitas memórias do Bairro. Acho que se vê nas fotografias do José Sarmiento Matos, mas também no vídeo que acompanhava a estrutura, com uma música do Kid Robinn - *Perspetiva*



- criada especificamente para o efeito. Por outro lado, [queríamos] que destacasse aquela que foi a narrativa de resistência da associação e dos moradores face a um processo que parecia não ter qualquer tipo de resolução. As pessoas viviam - vivem! - em condições extremamente precárias. Daí a carta que estava dentro da instalação: uma carta que foi escrita a muitas mãos e que serviu de mote para uma rede de reivindicação conjunta da parte destes quatro bairros [para além do Bairro da Jamaica, participaram o Bairro 6 de Maio, o Bairro da Quinta da Fonte e o Bairro da Torre]. A instalação procurou reproduzir a história de resistência que veio desencadear o processo, sublinhando, de uma forma cabal, aquela que foi a luta dos moradores: isto não chegou ao Bairro por acaso, nada aconteceu por acaso, o realojamento foi pensado em conjunto e partiu, em grande medida, da iniciativa da associação de moradores. Ao mesmo tempo, tínhamos uma pequena cronologia que dava conta [de todos os acontecimentos] desde o início do Bairro, das condições objetivas sob as quais foi construído, bem como dos desafios e dos processos de ativação e solidariedade [em torno] dessa luta.

HMS: Depois de vários anos a investigar o tema, acredita que este projeto - ou este tipo de intervenções - pode contribuir para o derrube dos muros que têm condenado à exclusão os moradores do Jamaica - e de tantos outros bairros - no sentido de um alargamento desses processos de ativação e solidariedade?

ARA: Se pode contribuir para uma mudança efetiva na vida das pessoas? Acho que não, infelizmente. Acho que são uma tentativa de disrupção, uma tentativa de visibilizar de outra forma um determinado tipo de espaços. Muitas vezes, é dito sobre um determinado tipo de espaços - como é o caso do Jamaica - que são imensamente invisíveis. Na minha opinião, isto não corresponde à realidade. O que acontece é que tens uma tensão permanente entre a hipervisibilidade e o hipersilenciamento. Muitos destes espaços são hipervisibilizados, também através da tríade que tem vindo a ser constituída entre raça, espaço e crime. Portanto, [tem-se verificado] uma hipercriminalização e uma racialização dos espaços. Muitas notícias - em vários canais de televisão - visibilizam estes espaços, mas sempre a partir da branquitude e pouco a partir daquilo que é a realidade vivida pelas pessoas no seu quotidiano. Acho que esta peça - *Model of Jamaica* - constitui um contributo face à desumanização brutal que é fixada pelo racismo estrutural nas sociedades contemporâneas. Se vai mudar a realidade? Gostava muito que fosse mais um contributo para pôr um conjunto de pessoas a pensar. Tendo em conta o espaço onde estive e o não-acesso de muitas pessoas aos museus, terá falado muito mais para a branquitude,



Paulo Moreira, José Sarmiento
Matos e CHÃO - Oficina de
Etnografia Urbana, *Model of
Jamaika em X is Not a Small
Country - Unravelling
the Post-Global Era*, 2021.
Fotografia: Bruno Lopes.
Cortesia Fundação EDP/maat

terá tencionado muito mais nesse sentido... Acho que os moradores têm uma consciência bastante alargada da dimensão histórica dessa precariedade habitacional. A solidariedade em si já existe. A solidariedade entre os moradores foi sempre uma das coisas mais belas. Acho que a assembleia de moradores trouxe a consciência de que a possibilidade de serem ouvidos junto de algumas instituições seria muito maior quando [reivindicando] em conjunto. Se pensares que é esta carta que espoleta a reportagem da Rita Colaço para a Antena 1 - *Jamaika também é Portugal* - e que leva, pela primeira vez, um grupo de engenheiros a atestar que os prédios são bastante instáveis, que estão em perigo de derrocada... Muitas das instituições - algumas das quais bastante fechadas até então - passaram a ouvi-los a partir dessa altura. Foi um processo muito importante em termos de solidariedade, sem dúvida, e serviu para perceber isso mesmo: já é tão difícil juntos, quanto mais sozinhos!

HMS: No artigo *(Des)encontros entre Academia e Política: Conhecimento, Engajamento e Habitação em Portugal*, convidas-nos [com o investigador Roberto Falanga] a refletir sobre o caráter alegadamente neutro do conhecimento académico, partindo para uma análise



das dimensões político-ideológicas que o constituem. Do teu ponto de vista, que é o de uma académica a trabalhar em contexto português, dirias que a academia está ainda muito apartada, muito branca, não integrando quem realmente vive os problemas, nomeadamente a comunidade negra em Portugal?

ARA: A resposta é óbvia: praticamente não existe representatividade dentro do espaço académico. São muito poucos as professoras e os professores negros, já para não falar das professoras e dos professores ciganos. Sabemos bem como é que são as salas de aula das universidades e qual é o cânone que impera no espaço académico. Na minha tese de doutoramento, a primeira pergunta que faço é: havendo tantos trabalhos sobre a habitação, a cidade ou o território nas universidades, nos centros de estudo, etc. em Portugal, porque é que o racial é omissivo? E porque é que não se discute a questão racial quando se pensa a cidade? É tão óbvio quando se vê [no quotidiano] e tão ausente das discussões do espaço académico. O que acontece é que temos vindo a entender o problema da segregação na cidade através da classe, tem-se sempre pensado: "Ok. Se acontece, é porque as pessoas são pobres." Não se pensa, por exemplo, qual é a relação entre o empobrecimento das populações e a

sua racialização. Acho que tem a ver com uma questão de cânone: a reprodução de um cânone que é sistematicamente branco e que não permite efetivamente problematizar aquilo que são as outras dimensões da violência. Quem diz branco, diz também patriarcal, heteronormativo, etc. Como é óbvio, estamos aqui a falar sobre a questão racial. Importa não esquecer que isto se alarga a toda uma latitude e a todo um conjunto de outras ausências.

HMS: Gostava de insistir na questão da imparcialidade: achas que a alegada imparcialidade é o garante do conhecimento e vem pressionar todas essas figuras – da academia, da política, etc. – no sentido do não-esclarecimento das suas posições? Por outras palavras: achas que tudo isto acaba por tornar-se um ciclo?

ARA: A verdade é que a academia, as universidades, etc. são instituições como quaisquer outras e fazem parte de um aparelho que quer manter o *status quo*. Daí a reprodução do cânone ser algo tão fundamental: há um estado da arte, há uma narrativa a manter sobre a forma como as pessoas se relacionam, sobre as relações de poder na sociedade, sobre um conjunto de coisas... Acho que ser uma académica ou um académico também te enreda dentro daquilo que são as políticas científicas, essas que veiculam



e financiam umas coisas em detrimento de outras. Falando da minha experiência pessoal: desde o momento em que comecei a trabalhar sobre as demolições do Bairro de Santa Filomena, pareceu-me que era completamente impossível manter qualquer tipo de imparcialidade face ao que estava a acontecer. Foi-me impossível manter qualquer tipo de imparcialidade face àquilo que era obviamente uma violação brutal da humanidade das pessoas. E isto para além das questões legais [que o processo levantava]. Para mim, ser imparcial perante aquele processo era ser... Como é que se diz quando alguém é...

HMS: Conivente?

ARA: Era ser conivente com aquele processo. Acho que ficar calada seria uma forma de conivência. Para muitos e muitas de nós a trabalhar nestes contextos, o engajamento com a luta suscitada por um determinado tipo de violência acaba por ser óbvio. Nem sequer é uma decisão que tomas: é óbvio!

HMS: No livro que acabas de publicar e dando continuidade às investigações anteriormente desenvolvidas, dedicas particular atenção ao PER – Programa Especial de Realojamento. Afinal, o que foi o PER e porque é que este é tão importante para compreendermos as dinâmicas territoriais e o problema da segregação étnico-racial em contexto português?

ARA: Primeiro, uma nota: este livro é o resultado da minha dissertação de mestrado, que foi defendida em 2013, [surgindo] como uma análise antirracista do PER. Trata-se do primeiro – até hoje, também o maior – programa de habitação pública de impulso estatal, cuja promulgação data de 1993. A partir da minha análise, que vem ao encontro da dos meus colegas, [dará para concluir que] este programa – além de figurar como uma tentativa robusta para dirimir a precariedade habitacional em Portugal, particularmente dentro das áreas metropolitanas – ten-

ta fazer uma “limpeza” daquilo que era a imagem das cidades. Se pensares [nos bairros] à volta do Aeroporto da Portela... A primeira imagem era exatamente essa. É preciso perceber as duas faces daquilo que terão sido as intenções de um programa com esta robustez. Quando tomei conhecimento da implementação do PER, estavam já a decorrer as demolições do Bairro de Santa Filomena, com as pessoas a serem despejadas sem alternativa habitacional. E assim surgia a primeira grande questão: como é que este programa – criado para realojar as pessoas e melhorar o seu acesso à habitação – estava a despejar [sem alternativa] essas mesmas pessoas? Por outro lado, algumas estavam a ser realojadas no âmbito do PR – Programa Retorno: obtinham 20% do financiamento para a habitação, retornando às suas “terras de origem” nesse contexto. Se não estou em erro, era mais ou menos esta a formulação legal e em nenhum lugar [se esclarecia que] a iniciativa era dirigida às comunidades migrantes. Mais tarde, viria a encontrar um documento da Câmara Municipal da Amadora que justificava a sua implementação com base nas particularidades demográficas do concelho. Havia ainda o preâmbulo do PER, que o colocava não apenas como um programa de realojamento: dizia que era necessário mudar comportamentos, como se um determinado tipo de comportamentos fosse inerente a um determinado tipo de espaços. Portanto, o PER pretendia ser também um projeto civilizacional. A meu ver e de acordo com quem tenho falado, acaba por mostrar, de forma paradigmática, como é que Portugal olha para os seus migrantes. Serve também para trazer, uma vez mais, a segregação espacial através das políticas públicas. Muitas pessoas foram deslocadas para longe do seu quotidiano, para sítios sem acesso a transportes, para onde não existe qualquer tipo de serviços... No fundo, foram segregadas, empurradas para uma “segunda periferia” das cidades. E assim se foram restabelecendo as fronteiras raciais da cidade. //